Uma visão sistêmica para a política agrícola

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

Os EUA revelam cifras surpreendentes sobre sua agricultura, que é de longe a mais vigorosa do mundo. A relação entre o tamanho do faturamento e o montante da dívida do setor é um dos aspectos que mais chamam a atenção. A cada ano, os norte-americanos geram uma produção da ordem de US$170 bilhões e carregam uma dívida de quase US$150 bilhões. A relação dívida/faturamento chega perto de 90%. Diante desses números, a comparação com o Brasil é inevitável e imediata, e a pergunta oportuna logo aparece: se o débito da agricultura nacional é inferior a 25% do seu faturamento, que ultrapassa US$65 bilhões, por que então seus produtores padecem tanto em termos econômicos e financeiros?

Para a magnitude de seu passivo descoberto, é incompreensível a agonia vivida pelo agricultor brasileiro, atado à camisa-de-força de uma dívida de curto prazo e alto custo. Toda safra de verão é uma angústia que vai desde a tomada e a liberação do custeio em tempo hábil, em setembro e outubro, até a entrada de receita com a venda da colheita, para o pagamento do crédito em abril e maio.

A queda nas exportações e os aumentos nas importações no agribusiness explicam em boa parte o desequilíbrio no crescimento do déficit comercial do país em 1996.

Completamente vulnerável e sem alternativas, o produtor é inserido nesse processo sem mecanismos de defesa, quer contra o risco de produção, quer contra o risco de preços no mercado interno e externo. O ciclo vem se repetindo a cada ano, o que inviabiliza econômica e financeiramente qualquer ânimo de produção. A queda nas exportações e os aumentos nas importações no agribusiness explicam em boa parte o desequilíbrio das contas externas e o crescimento do déficit comercial do país em 1996.

Reverter tal ordem de coisas é complexo, pois é necessária uma visão sistêmica do agribusiness para que seja possível implementar instrumentos de custeio, investimento e comercialização das atividades agropecuárias. Uma nova cultura de gestão na política envolve uma orientação mais agressiva para o agribusiness do que para a agricultura, em função da independência e integração entre os elos da cadeia.

Na verdade, o agribusiness nacional possui bons músicos (tomadores de decisão da iniciativa privada e governo) e bons instrumentos (empresas e organizações), mas cada um segue uma pauta diferente: a percussão, o sopro e as cordas não entram em sintonia e a orquestra desafina. Faltam maestros para ditar os ritmos e as notas que todos devam seguir.

Para o sistema de alimentos, fibras e biomassa, é vital a estabilidade de renda da agricultura, já que uma oscilação de renda, que primeiro cai com virulência sobre o agricultor, se arrasta depois para a cadeia. O objetivo da estabilização da renda requer a construção de uma política integrada que leve em conta cinco pontos básicos:

- a modernização da lei de armazenagem, com alteração do Decreto-lei nº 1.102, de 21-11-1903;
- a montagem de um sistema moderno de classificação, armazenagem e arbitramento de produtos;
- a oferta de seguro com enfoque em novas tecnologias de gestão e redução de riscos no agribusiness, desde a recepção e guarda de insumos, defensivos, sementes, fertilizantes, combustíveis até a fase de plantio e colheita, transporte, tratamento e armazenagem;
- o entrosamento entre as bolsas de físico e futuro para organizar mercados, formar preços com maior transparência, normatizar negociações, arbitrar divergências e ser fonte segura de informações, dentre outras;
- o estabelecimento de *funding* e instrumentos como alocadores de recursos para a agricultura, tais como os fundos de commodities, recursos externos, fundos constitucionais, exigibilidades dos agentes financeiros, *mix* de recursos etc.

Durante 1994 e 1995, a Associação Brasileira de Agribusiness e a Sociedade Rural Brasileira, presididas respectivamente por Ney Bittencourt de Araújo e Roberto Rodrigues, deram um passo substancial nesse sentido. Depois de aglutinar importantes personalidades do governo e da iniciativa privada do agribusiness nacional, condensaram uma

massa crítica excepcional de informações no Projeto de Modernização do Financiamento da Produção e Comercialização de Produtos Agropecuários.

Em 1996, três grandes fóruns desenvolveram esforços para a montagem de uma política agrícola para o Brasil: Fórum Nacional da Agricultura; Fórum Replantar Brasil e Fórum dos Secretários Municipais da Agricultura.

Espera-se que a pauta para 1997 seja de convergência e busca de consenso. Uma articulação entre os três fóruns junto com a Abag, em torno do Projeto de Modernização, será fundamental. A tarefa é de remover montanhas. De acordo com o provérbio chinês, mais do que nunca é bom lembrar que a jornada, apesar de ser de mil milhas, começou com um único e simples passo há dois anos. Na época, parecia uma inciativa quixotesca contra moinhos de vento. De lá para cá, o processo saiu da estaca zero e evoluiu, mas seu esquecimento jogará por terra um avanço como o agribusiness nacional jamais havia conseguido.

O desafio consiste agora em recuperar a visão compartilhada das cooperativas, agroindústrias, agentes financeiros, seguradoras e bolsas, em torno do referido projeto, para a seguir partir rumo a ações mais concretas. De onde virá porém a força para essa mobilização?

Na força do processo de globalização, o agribusiness brasileiro está tendo de conviver com medidas de abertura de mercado e de estímulo à competição. O quadro atual é de fragilidade. O mercado doméstico não pode continuar sendo um mero tomador de preços, principalmente da Bolsa de Chicago e da Bolsa de Nova York, nas commodities agropecuárias. Do mesmo modo, a diplomacia não pode carecer de elementos de defesa contra a fúria dos ataques neoprotecionistas dos países concorrentes agroexportadores, ligados a barreiras não-tarifárias, do tipo sanidade vegetal e animal, desenvolvimento sustentável (impacto ambiental) e *dumping* social.

Enfim, o contexto deste final dos anos 90 é muito diferente daquele das políticas agrícolas saudosas dos anos 60 e 70, baseadas na receita de crédito farto e barato para a agricultura. A orientação era para a produção e obedecia à linha de raciocínio da Revolução Verde. Agora, só isso não basta, pois todo o agribusiness está envolvido. Para construir uma política que atenda a essa realidade, serão necessários homens que acreditem no discurso de Juscelino Kubitschek: "o Brasil é tão grande que pode fazer suas próprias leis econômicas".

Luiz Antônio Pinazza é gerente de Negócios da Agroceres, professor convidado do Pensa/USP e da Escola Superior de Propaganda e Marketing, além de colaborador de Agroanalysis.

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE:

GERENTE COMERCIAL:
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

RIO DE JANEIRO:
LPA Comunicações Ltda.
Leopoldo P. Amorim
Rua da Glória, 366 — 11º andar
CEP 20241-180
Tels.: (021) 252-8720
(021) 252-9074
Fax: (021) 221-5984

SÃO PAULO:
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

BRASÍLIA:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE